

Programa Conciliação e Igualdade de Género

AVISO DE CONCURSO:

Small Grant Scheme #1 – Elaboração de estudos que analisem o impacto económico das desigualdades entre mulheres e homens

No âmbito dos EEA Grants 2014-2021, a Islândia, o Liechtenstein e a Noruega, na qualidade de Doadores, financiam em 15 Estados Membros da União Europeia, iniciativas e projetos que pretendem reduzir as disparidades sociais e económicas, reforçando as relações bilaterais com os estados beneficiários.

A Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG) foi designada Operadora do Programa *Conciliação e Igualdade de Género*, nos termos do Memorando de Entendimento, assinado em Lisboa, no dia 22 de maio de 2017, com uma alocação total de 7 058 824 de euros (€6 000 000 EEA Grants + €1 058 824 CIG).

Através deste Programa serão financiados projetos inovadores e estruturantes para o país nas áreas da conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar, violência contra as mulheres e violência doméstica e boa governança, alinhados com a Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030 “Portugal + Igual”.

Os projetos selecionados deverão contribuir para a execução do objetivo n. 1 do Programa: “Garantir as mesmas oportunidades para homens e mulheres no mercado de trabalho” e do Output 1.4 do Programa, através da produção de estudos sobre as desigualdades entre mulheres e homens, de acordo com o estabelecido no Anexo I do Acordo de Programa.

O presente Aviso de Concurso estabelece as especificações aplicáveis à submissão das candidaturas.

O formulário de candidatura e os respetivos anexos encontram-se no sítio web em www.eeagrants.gov.pt.

OPERADOR DE PROGRAMA: Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG)

PARCEIRO DE PROGRAMA: Norwegian Equality and Anti-discrimination Ombud (LDO)

1. ÁREAS PRIORITÁRIAS:

No âmbito do presente concurso, a entidade candidata não deverá apresentar mais do que uma candidatura a cada Área Prioritária. Esta limitação não é aplicável aos parceiros de projeto.

A) Estudo sobre a segregação sexual das profissões

Pretende-se financiar um estudo que analise o impacto económico da segregação sexual de mulheres e de homens nas profissões em Portugal.

B) Estudo sobre as desigualdades salariais

Pretende-se financiar um estudo que analise o impacto económico das desigualdades e discriminação salarial de mulheres e homens em Portugal.

C) Estudo sobre o valor do trabalho não pago (doméstico e de cuidado)

Pretende-se financiar um estudo que analise o impacto económico do trabalho não pago (tarefas domésticas e trabalho de cuidado) e as implicações na economia nacional, nomeadamente, no Produto Interno Bruto (PIB).

D) Estudo sobre o impacto da partilha desigual do trabalho não pago (doméstico e de cuidado)

Pretende-se financiar um estudo que analise o impacto económico das assimetrias entre mulheres e homens na partilha do trabalho não pago (tarefas domésticas e trabalho de cuidado) em Portugal, e que inclua o impacto do divórcio nas mulheres e nos homens.

2. PERÍODO PARA APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS:

(de acordo com o Artigo 7.3, nº 2.b. do Regulamento do MFEEE 2014-2021)

O período para apresentação das candidaturas decorre desde o dia **08.03.2019** até às 18:00:00 (GMT) do dia **10.05.2019**.

As candidaturas devem ser submetidas eletronicamente para o e-mail eeagrants@cig.gov.pt, usando o formulário de candidatura e anexos disponíveis no sítio web dos EEA Grants, em www.eeagrants.gov.pt.

3. DOTAÇÃO TOTAL DISPONÍVEL: 200.000€

Montante mínimo de financiamento de cada projeto: 20.000€

Montante máximo de financiamento de cada projeto: 60.000€

4. DURAÇÃO DOS PROJETOS: até 18 meses

5. ÂMBITO TERRITORIAL:

O Programa financiará projetos no território de Portugal Continental e nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira. As atividades a concretizar em parceria internacional podem igualmente desenvolver-se nos territórios dos Estados Doadores (Islândia, Liechtenstein e Noruega) através das parcerias estabelecidas nos projetos selecionados.

6. TAXA DE FINANCIAMENTO:

Os custos elegíveis do projeto selecionado serão financiados até uma taxa máxima de 100%, exceto nos casos em que as entidades promotoras do projeto sejam **organizações não governamentais ou parceiros sociais**, de acordo com o artigo 1.6 (n) e (y) do Regulamento do MFEEE 2014-2021, onde o financiamento dos custos elegíveis será de 90%.

Os restantes 10% devem ser garantidos pela entidade promotora de projeto, suportado em numerário ou em espécie, podendo ser justificado - até 50% - através de trabalho voluntário¹, calculado com base no estipulado nos Artigos 6.4.5 e 6.4.6 do Regulamento do MFEEE 2014-2021.

7. ENTIDADES PROMOTORAS ELEGÍVEIS:

De acordo com o Artigo 7.2.1 do Regulamento são consideradas elegíveis as entidades públicas ou privadas, comerciais ou não comerciais e organizações não-governamentais, legalmente estabelecidas em Portugal.

Serão valorizadas as candidaturas apresentadas por instituições do ensino superior, centros de investigação e entidades com experiência em metodologias aplicáveis às áreas prioritárias.

8. ENTIDADES PARCEIRAS:

Nos termos do Artigo 7.2.2 do Regulamento é considerada como parceira de projeto qualquer entidade pública ou privada, comercial ou não comercial, bem como organizações não governamentais legalmente estabelecidas como pessoa coletiva nos Estados doadores, nos países beneficiários ou num país de fora do Espaço Económico Europeu desde que tenha uma fronteira em comum com o Estado beneficiário, ou qualquer organização internacional ativamente envolvida na implementação do projeto proposto.

Será valorizada a parceria com instituições do ensino superior, centros de investigação, parceiros sociais, entidades da administração pública e entidades com experiência em metodologias aplicáveis às áreas prioritárias.

¹ Para o cálculo do custo hora do trabalho voluntário deve ser utilizada a seguinte fórmula:

CHTV = [SMN x (1+TSU)]: 22: 7]

Custo Hora Trabalho Voluntário = [(Salário mínimo nacional x (1 + Taxa Social Única)): 22 dias: 7 horas semanais]

9. ELEGIBILIDADE DAS DESPESAS:

(De acordo com os Artigos 8.2 e 8.3 do Regulamento do MFEEE 2014-2021)

9.1 As despesas elegíveis dos projetos devem cumprir os seguintes critérios:

- a) Incorridas entre a primeira e a última data de elegibilidade de um projeto, conforme especificado no contrato do projeto;
- b) Decorrem do estabelecido no orçamento detalhado e no contrato de projeto;
- c) São equilibradas e necessárias à implementação do projeto;
- d) São utilizadas com o único propósito de atingir os objetivos do projeto, bem como os seus resultados esperados, de modo consistente com os princípios da razoabilidade económica, eficiência e eficácia;
- e) São identificáveis e verificáveis, em particular através dos registos contabilísticos do promotor e das entidades parceiras, de acordo com as normas em vigor;
- f) Cumpram os requisitos da lei fiscal e da segurança social portuguesa;
- g) As despesas são consideradas incorridas quando forem faturadas, pagas e entregues (no caso de bens) ou executadas (no caso de serviços e obras). Excecionalmente, os custos relacionados com recibos que tenham sido emitidos no último mês de elegibilidade, também podem ser elegíveis se forem pagos no prazo de 30 dias após a data de conclusão do projeto.

9.2 Custos diretos elegíveis:

- a) Custos com recursos humanos afetos ao projeto, incluindo salários e custos com a segurança social e outros subsídios contratuais desde que correspondam à política normal de remunerações das entidades promotoras e entidades parceiras;
- b) Custos com transporte e ajudas de custo para deslocações de pessoal que participe no projeto, de acordo com o princípio da razoabilidade, e desde que estejam de acordo com as práticas normais relativas a custos com viagens das entidades promotoras e entidades parceiras e que não excedam os referenciais aplicados à Administração Pública portuguesa;
- c) Custos com equipamentos novos ou em segunda mão, desde que sejam amortizados de acordo com as normas contabilísticas aplicáveis. Só a proporção da amortização correspondente à duração do projeto e à taxa de utilização real no projeto podem ser consideradas. Deve ser demonstrado que o uso do equipamento a adquirir não é possível fora do âmbito do projeto e que esta despesa cumpre os princípios da razoabilidade económica, da eficiência e eficácia, e da relação custo/benefício;
- d) Custos com consumíveis e outros fornecimentos são elegíveis, desde que sejam identificáveis e imputados à execução do projeto;
- e) Custos com a aquisição de serviços a terceiros para a implementação do projeto, desde que a contratação cumpra com as regras de contratação da Administração Pública portuguesa;
- f) Despesas que resultem diretamente das obrigações impostas pelo contrato de projeto (comunicação, avaliação, tradução ou reprodução).

9.3 Custos indiretos elegíveis (*overheads*):

Os custos indiretos são elegíveis de acordo com o Artigo 8.5 do Regulamento EEA Grants 2014-2021.

9.4 Custos não elegíveis:

São considerados não elegíveis os custos referidos no Artigo 8.7 do Regulamento do MFEEE 2014-2021.

10. FORMALIZAÇÃO DA CANDIDATURA:

10.1 As candidaturas devem ser submetidas eletronicamente para o e-mail eeagrants@cig.gov.pt, usando o formulário de candidatura e anexos disponíveis no sítio web dos EEA Grants, em www.eeagrants.gov.pt.

10.2 Após o envio por email do formulário de candidatura, a entidade candidata dispõe de um prazo de 10 dias seguidos para enviar ao Operador de Programa, por correio registado com aviso de receção, uma cópia do formulário de candidatura e o original do termo de responsabilidade, devidamente assinado e rubricado por quem tenha poderes para obrigar juridicamente a entidade.

Morada:

Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género

Programa *Conciliação e Igualdade de Género* – EEA Grants 2014- 2021

Small Grant Scheme #1 – Elaboração de estudos que analisem o impacto económico das desigualdades entre mulheres e homens

Área Prioritária:

A) Estudo sobre a segregação sexual das profissões

ou

B) Estudo sobre as desigualdades salariais

ou

C) Estudo sobre o valor do trabalho não pago

ou

D) Estudo sobre o impacto da partilha desigual do trabalho não pago

Av. da República, 32- 1º

1050-193 Lisboa, Portugal

10.3 Apenas as candidaturas completas, e cujo termo de responsabilidade dê entrada na morada indicada no número anterior dentro do prazo estipulado, serão consideradas para efeitos de avaliação e seleção.

10.4 As entidades candidatas são responsáveis pela veracidade e autenticidade de todos os documentos submetidos e ficam expressamente informadas de que podem ser obrigadas a

apresentar os documentos originais ao Operador do Programa em qualquer fase do processo de candidatura.

11. PROCESSO DE SELEÇÃO E DECISÃO:

(Os procedimentos de seleção de projetos seguem o Capítulo 7 do Regulamento do MFEEE 2014-2021)

11.1 Critérios administrativos e de elegibilidade:

A candidatura deve ser acompanhada dos seguintes documentos:

- a) Declaração do nome da entidade, número de identificação fiscal, morada fiscal, nome dos/as representantes legais e cópia dos estatutos;
- b) Declaração de inexistência de dívidas às Finanças ou à Segurança Social;
- c) Situação face ao IVA da entidade candidata;
- d) Cópia do último Relatório de Contas.

Só serão aceites as candidaturas completas.

11.2 No que respeita à candidatura, esta deve conter os seguintes elementos:

- a. Título do projeto, descrição do projeto, incluindo o seu enquadramento e relevância para Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não-Discriminação 2018-2030 “Portugal + Igual”, bem como para os objetivos e resultados esperados do *Programa Conciliação e Igualdade de Género*;
- b. Plano de Comunicação;
- c. Evidência da experiência e do conhecimento especializado da entidade candidata e entidade(s) parceira(s) (CV's, estudos e projetos desenvolvidos, entre outros)
- d. Atividades, incluindo indicadores e metas (específicos, mensuráveis, atingíveis, realistas/relevantes e limitados no tempo);
- e. Metodologia(s), fontes, abrangência e abordagem geral do estudo;
- f. Pertinência das parcerias a estabelecer;
- g. Cronograma do projeto e das atividades;
- h. Orçamento (em anexo, a versão detalhada por anos e a demonstração que ateste que os montantes apresentados são aqueles habitualmente praticados pela entidade: por exemplo, salários que correspondem à habitual remuneração dos/as trabalhadores/as);
- i. Sumário (em anexo, uma versão em português e em inglês) e uma breve descrição da forma como o projeto responde às necessidades identificadas, incluindo objetivos e resultados;
- j. Referir se a preparação da candidatura envolveu a participação de algum/a consultor/a externo/a. Se sim, referir quem.
- k. Anexos:
 - Breve descrição da experiência da entidade candidata, das entidades parceiras, e da equipa de projeto na área à qual concorre;

- CV dos recursos humanos afetos ao projeto, incluindo da entidade candidata e das entidades parceiras nacionais e dos países doadores;
- Declaração de compromisso de parceria entre a entidade candidata e respetivas entidades parceiras;
- Termo de Responsabilidade.

11.3 O Operador de Programa fará a revisão das candidaturas para verificação da sua conformidade com os critérios administrativos e de elegibilidade. As entidades candidatas, cujas candidaturas sejam rejeitadas nesta fase, poderão apresentar reclamação de acordo com o artigo 121º e 122º do Código do Procedimento Administrativo.

12. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO:

12.1 Os **critérios de seleção** e a respetiva **pontuação** serão os seguintes:

Critério de seleção	Pontuação
Coerência entre objetivos, atividades, resultados e impacto do projeto, e a ENIND-Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030 "Portugal + Igual" e os objetivos do Programa <i>Conciliação e Igualdade de Género</i>	20
Experiência e conhecimento especializado da entidade candidata e entidade(s) parceira(s), em particular, da equipa de projeto	30
Inclusão de entidades parceiras relevantes	10
Inclusão de entidades parceiras do(s) Estado(s) Doadores	10
Evidência da representação equilibrada de mulheres e homens na equipa de projeto	10
O orçamento, o cronograma e as atividades propostas são relevantes e estão claramente definidas	20
TOTAL	100

13. PROCEDIMENTOS DE SELEÇÃO:

13.1 A avaliação do projeto e a concessão de financiamento seguem o previsto no Artigo 7.4 do Regulamento.

13.2 O Operador do Programa será responsável pela avaliação do projeto e pela concessão de financiamento.

13.3 O Operador do Programa estabelecerá um Comité de Seleção que recomendará quais os projetos a serem financiados. O Comité de Seleção será composto por três especialistas em igualdade de género. Um dos elementos será externo e independente do Operador do Programa e suas entidades parceiras. As entidades convidadas, na qualidade de observadoras, serão o Parceiro de Programa do Estado Doador, o Gabinete do Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu (MFEEE) e a Unidade Nacional de Gestão do MFEEE.

13.4 O Operador do Programa analisará as candidaturas em conformidade com os critérios administrativos e de elegibilidade. As entidades candidatas, cujas candidaturas sejam rejeitadas nesta fase, poderão apresentar reclamação de acordo com o artigo 121º e 122º do Código do Procedimento Administrativo.

13.5 Cada candidatura que cumpra os critérios administrativos e de elegibilidade será posteriormente analisada por dois/duas especialistas nomeados/as pelo Operador do Programa, que são imparciais e independentes do Operador do Programa e do Comité de Seleção.

13.6 Os/as especialistas irão pontuar separadamente a candidatura de acordo com os critérios de seleção publicados. Para fins de classificação dos projetos, será utilizada a média das pontuações atribuídas pelos/as especialistas. Se a diferença entre as pontuações dadas for superior a 30% da pontuação mais elevada, um/a terceiro/a especialista será convocado/a pelo Operador do Programa para avaliar o projeto de forma independente. Nesses casos, a classificação final consistirá na média das duas pontuações mais próximas.

13.7 O Operador do Programa fornecerá ao Comité de Seleção uma lista dos projetos classificados para revisão. Em casos devidamente justificados, o Comité de Seleção pode decidir alterar a classificação dos projetos e a ordenação das candidaturas. A justificação das alterações será detalhada na ata da reunião do Comité de Seleção. Se a alteração resultar na rejeição de um projeto, a entidade candidata será informada por escrito. O Comité de Seleção apresentará a lista de projetos recomendados para financiamento ao Operador do Programa.

13.8 O Operador do Programa verificará se o processo de seleção foi conduzido de acordo com o Regulamento e se as recomendações do Comité de Seleção estão de acordo com as regras e objetivos do programa. Após essa verificação, o Operador do Programa decidirá, com base na decisão do Comité de Seleção, quais projetos que serão selecionados. Se o Operador do Programa modificar a decisão do Comité de Seleção, as entidades candidatas afetadas serão informadas.

14. COMUNICAÇÃO DOS RESULTADOS:

14.1 Os resultados do processo de seleção serão comunicados individualmente a cada entidade candidata pelo Operador de Programa, no prazo de 90 dias, e a lista final dos projetos selecionados divulgada.

14.2 Em caso de aprovação do projeto é enviada uma proposta de contrato ao promotor, onde se especificam todos os termos e condições do financiamento aprovado.

14.3 A proposta de contrato deverá ser devolvida ao Operador de Programa, devidamente assinada e rubricada pelos/as responsáveis legais pela entidade, no prazo máximo de 20 dias úteis, contados a partir da data de receção da proposta, sob pena de ver a decisão de aprovação revogada.

14.4 Todas as candidaturas rejeitadas serão notificadas para reagirem no prazo máximo de 10 dias, de acordo com o Código do Procedimento Administrativo.

14.5 Os projetos têm obrigatoriamente que ter início até 30 dias úteis após a data da assinatura do contrato do projeto.

14.6 Após a receção de todos os contratos assinados, o Operador de Programa prepara a lista final dos projetos selecionados e das entidades promotoras e publica-a no sítio web dos EEA Grants, em www.eeagrants.gov.pt.

15. MODELO DE PAGAMENTO

15.1 O Operador do Programa é responsável por processar os pagamentos aos projetos de forma atempada. Os pagamentos intermédios e finais serão efetuados após a aprovação dos respetivos relatórios de projeto.

15.2 Os pagamentos ao promotor serão efetuados através de adiantamentos iniciais, pagamentos intermédios e pagamento do saldo final. A percentagem do adiantamento inicial deverá estar definida no contrato de projeto. Após a aprovação dos projetos, o Operador de Programa irá transferir a primeira tranche de adiantamento, conforme aprovado no contrato. Os promotores do projeto receberão o próximo pagamento apenas quando o somatório das despesas atingir 50% do valor dos pagamentos anteriores, reportado através das listagens de despesas enviada. Os últimos 10% do financiamento serão pagos após a aprovação do relatório final.

15.3 A periodicidade e os prazos dos relatórios serão detalhados no sistema de gestão e controle do programa.

16. INFORMAÇÃO ADICIONAL:

Antes da submissão das candidaturas, sugere-se a consulta, no sítio web dos EEA Grants, (www.eeagrants.gov.pt), da informação relativa ao Programa *Conciliação e Igualdade de Género*, particularmente os seguintes documentos:

- Formulário de Candidatura, Anexos e Manual do Promotor;
- Memorando de Entendimento;
- Regulamento do Mecanismo Financeiro do EEE 2014-2021.
- Email para informações: eeagrants@cig.gov.pt. Será dada uma resposta por email no prazo de 10 dias úteis.
- Terças e quintas, das 10:00 às 12:30, através do telefone **217 983 000**.
- Quaisquer alterações aos termos e condições estabelecidos neste Aviso serão anunciadas no sítio web do Operador de Programa.